



**Na saída da reunião com FHC, Roriz insistiu que o encontro teve apenas objetivo técnico**

## Governador pede verba para polícia

O governador Joaquim Roriz e a bancada governista na Câmara Legislativa tiveram ontem à noite uma rápida reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Segundo o governador, eles foram tratar da questão do repasse de verbas da União à área de segurança pública do Distrito Federal.

Ao chegar ao Ministério da Fazenda, Roriz negou que o encontro tivesse caráter eleitoral e descartou uma possível conversa sobre um acordo político entre o PSD e o PP. "Tenho que esperar definições no quadro sucessório para poder tomar qualquer medida", desconservou. Entretanto, antes da reunião com a presença da bancada e dos secretário de Fazenda, Everardo Maciel, o governador conversou por 20 minutos apenas com o ministro Fernando Henrique a portas fechadas.

Na saída da reunião, Roriz in-

sistiu em definir o objetivo técnico do encontro, e classificou a audiência como "favorável". De acordo com ele, um dos maiores problemas de sua gestão é o atual estado de custeamento da área de segurança pública. O problema se deverá à falta de definições no Orçamento Geral da União, que estaria repassando ao DF ao mês apenas 1/12 das verbas destinadas à área.

"Como o Orçamento ainda não foi aprovado, as verbas que recebemos para a segurança são insuficientes", disse. Roriz acrescentou que o problema da segurança se tornou crítico e que, "mesmo com a liberação de toda dotação orçamentária prevista para a área, só seria possível à Secretaria de Segurança Pública do DF pagar dívidas e se manter por menos de 60 dias".

Depois da reunião, o governador afirmou que o problema, a curto prazo, seria resolvido pelo ministro da Fazenda, ainda ontem,

mas não informou qual seria a solução adotada. Para o secretário da Fazenda, Everardo Maciel, deverá ocorrer uma antecipação da liberação do percentual de repasse, o que garantiria a reestruturação da frota de veículos e de materiais de trabalho. "Essa seria uma saída a curto prazo, mas a médio e longo prazo necessitaremos da elevação de valores a serem repassados para a área e a criação de um fundo específico para o DF", defendeu.

Para o funcionamento adequado da segurança pública no DF, Roriz sustentou que seria preciso um repasse imediato de US\$ 6 milhões, para resolver os débitos antigos, e outro de mais US\$ 2 milhões mensais para o custeio. De acordo com Everardo Maciel, há cerca de três anos os repasses federais para a área têm diminuído gradativamente. De acordo com 15,5 milhões repassados em 1991, a Secretaria de Segurança teria recebido no ano passado apenas CR\$ 9,3 milhões.